TENSIONAMENTOS ENTRE GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS

TENSIONS BETWEEN GENDER, SEXUALITY AND EDUCATION IN THE TRAINING OF PEDAGOGUES

Willame Anderson Simões Rebouças [1]
Yatamuri Rafaelly Cosme da Silva [2]

Resumo: esta pesquisa partiu do intuito de debater os temas envolvendo gênero, sexualidade e educação na formação de pedagogos, tendo como base a literatura especializada encontrada sobre o assunto. Com vistas a cumprir com o que foi proposto, seguiu por uma abordagem qualitativa de estudo, como também, pelo viés da pesquisa bibliográfica. Assim, foi realizado um levantamento de artigos científicos e publicações em livros em duas bases de dados principais, sendo elas, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Scholar (Google Acadêmico). O principal critério seletivo foi a aproximação dos trabalhos ao tema da pesquisa, a partir da leitura de resumos, objetivos e resultados das obras. Após selecionar os trabalhos mais relevantes, o passo seguinte foi a leitura integral desses materiais, identificando resultados e principais considerações a respeito do tema deste artigo. Resultou da análise o entendimento que o despreparo social com a diversidade de expressões de gênero e de sexualidade se alinha a um desconhecimento não apenas quanto aos temas envolvendo gênero e sexualidade, mas também sobre as tantas possibilidades para se experienciar o gênero e a sexualidade. Trazendo para a formação em pedagogia, compreendeu-se que os conhecimentos em gênero e sexualidade são emergenciais para o fazer dessa atuação na pedagogia, pois, ao entrarem nas instituições educativas, os alunos não retiram o gênero ou a sexualidade de si, eles o acompanham e, portanto, trarão seus questionamentos pessoais para esse espaço escolar. Em conclusão, considera-se necessário refletir de maneira crítica com relação às prioridades curriculares na formação de pedagogos, haja vista que, são profissionais fundamentais na sociedade.
Palavras-chave: Formação docente; sexualidade; gênero; pedagogia; diversidade LGBTQIAP+.

Abstract: this research started with the intention of discussing the themes involving gender, sexuality and education in the formation of educators, based on the specialized literature found on the subject. In order to accomplish what was proposed, it followed a qualitative study approach, as well as a bibliographic research. Thus, a survey of scientific articles and book publications was carried out in two main databases, namely, Scientific Electronic Library Online (SciELO) and Google Scholar (Google Scholar). The main selection criterion was the proximity of the works to the research theme, from the reading of the abstracts, objectives, and results of the works. After selecting the most relevant works, the next step was to read them in their entirety, identifying the results and main considerations about the theme of this article. The analysis resulted in the understanding that social unpreparedness with the diversity of expressions of gender and sexuality is aligned with a lack of knowledge not only about the themes involving gender and sexuality, but also about the many possibilities to experience gender and sexuality. Bringing it to the formation in pedagogy, it is understood that knowledge in gender and sexuality is emergent for the making of this performance in pedagogy, for, when entering the educational institutions, the students do not remove gender or sexuality from themselves, they accompany it and, therefore, will bring their personal questionings to this school space. In conclusion, it is considered necessary to reflect critically about the curricular priorities in the formation of educators, since they are fundamental professionals in society.
Keywords: Teacher education; sexuality; gender; pedagogy; LGBTQIAP+ diversity.

[1] Pós-graduando em Educação para a Sexualidade pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG.
[2]Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Pedagogia.

1 INTRODUÇÃO

A formação profissional nos cursos de licenciatura se concentra, sobretudo, em preparar os graduandos para uma futura atuação profissional de qualidade, alicerçada por uma formação de caráter polivalente e autônoma, de modo que esses profissionais tenham as devidas condições para lidar com a sala de aula e suas possíveis situações (Costa & Gonçalves, 2020; Negrão & Santos, 2020).

No que se refere a licenciatura em pedagogia, tem-se que as disciplinas previstas na grade curricular do curso apresentam aqueles conhecimentos que são tidos como a base para a futura atuação em campo, com disciplinas, em sua maioria, ligadas aos temas da alfabetização e letramento, currículo, políticas educacionais, gestão escolar e dos processos educativos, entre outros temas centrais da pedagogia (Costa & Gonçalves, 2020; Negrão & Santos, 2020). Todavia, diante disso, faz-se necessário lembrar que o período da graduação não contempla todas as discussões emergentes na atuação pedagógica, de modo que, em muitos dos casos, observa-se que temas específicos são postos de lado, criando-se lacunas na formação desses profissionais.

Os temas envolvendo gênero e sexualidade são exemplos dessas lacunas na formação dos professores, pois, nota-se um forte abandono quanto a esses assuntos na grade de disciplinas obrigatórias do curso, assim como vê-se o não aparecimento desses temas em ementas de disciplinas com potencial para essas discussões. A esse respeito, percebe-se que os assuntos envolvendo gênero e sexualidade enfrentam uma espécie de pânico moral da sociedade (Irineu, 2019), ao passo em que, as pessoas temem as conversas envolvendo essa temática, portanto, desprezando, não compreendendo ou invalidando quaisquer tentativas de diálogo sobre esses assuntos, sobretudo, em espaços educativos (Figueiró, 2007; Bruns, 2007).

A partir das informações ora compartilhadas, esta pesquisa partiu do intuito de debater os temas envolvendo gênero, sexualidade e educação na formação de pedagogos, tendo como base a literatura especializada encontrada sobre o assunto. Com vistas a cumprir com o que foi proposto, seguiu por uma abordagem qualitativa de estudo, como também, pelo viés da pesquisa bibliográfica. Desse modo, foram empregadas buscas por artigos científicos, publicações em livros e outros suportes teóricos disponibilizados para leitura nas plataformas: SciELO e Google Acadêmico. Para a busca dos trabalhos, foram utilizados termos centrais ao estudo, como: gênero e sexualidade; formação em pedagogia; educação para a sexualidade. O principal critério seletivo foi a aproximação dos trabalhos ao tema da pesquisa, a partir da leitura de resumos, objetivos e resultados das obras. Passando para a fundamentação teórica, a pesquisa contou com alguns autores norteadores, entre eles: Furlani (2016), no diálogo entre as relações de gênero, sexualidade e educação; Irineu (2019), na perspectiva política acerca da comunidade LGBTQIAP+; Napolitano e Silva (2018), com o debate sobre gênero e sexualidade na formação de pedagogos; Takara (2019), na

discussão acerca da pedagogia e a cultura do silêncio às diferenças; Negrão e Santos (2020) no debate sobre a formação pedagógica; e Rebouças, Marinho e Silva (2022), trazendo o debate sobre a comunidade LGBTQIAP+ e o ensino superior.

Dito isso, ao longo do trabalho, serão apresentados os principais achados teóricos da pesquisa, apontando olhares sobre a escassez em discussões envolvendo gênero, sexualidade e educação na formação de pedagogos. Ainda, o estudo aponta sua justificativa quando centrado na percepção de que os temas envolvendo gênero e sexualidade ainda se encontram desfalcados durante o processo de formação dos licenciandos em pedagogia, sendo isto, uma situação a ocasionar conflitos e/ou necessidades futuras durante a atuação docente desses profissionais. Para mais, ao longo do texto, os resultados apontam não apenas para a dificuldade em tratar das questões de gênero e sexualidade durante a formação dos professores, mas também para o despreparo dos pedagogos nesse ramo do conhecimento acadêmico.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Com relação aos procedimentos metodológicos, o trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, partindo do intuito de fundamentar teoricamente aquilo que está sendo investigado (Lima & Mioto, 2007). A pesquisa bibliográfica conecta um determinado objeto de estudo a outras fontes que possam somar ao assunto, de modo que a partir da leitura de outras produções científicas, é possível consultá-las e entender aquele objeto de estudo a partir de novas e diferentes impressões intelectuais (Gil, 2002; Lima & Mioto, 2007). A escolha em trabalhar com essa metodologia, parte do entendimento com relação a sua praticidade e dinamicidade, uma vez que permite trabalhar com livros, artigos e entre outros materiais científicos de fácil acesso, tornando a pesquisa mais viável.

As reflexões desse estudo também são realizadas sob abordagem qualitativa, sinalizada pelo uso predominante da literatura como fonte de pesquisa durante a investigação. Pesquisas qualitativas buscam a compreensão sobre um determinado fenômeno a partir da aproximação com aquilo que está sendo estudado, considerando aspectos sociais e culturais. Desse modo, tomando como base a análise de perspectivas teóricas, a abordagem qualitativa sugere a proximidade com o alvo de estudo a partir do posicionamento de outros estudiosos (Creswell, 2007; Richardson, 2012).

Assim, foi realizado um levantamento de artigos científicos e livros em duas bases de dados principais, sendo elas, *Scientific Electronic Library Online* (*SciELO*) e *Google Scholar* (*Google* Acadêmico), além disso, outras referências já conhecidas foram consultadas para a produção e fundamentação do artigo. Para selecionar as produções a serem analisadas, o principal critério adotado foi identificar a relevância das fontes para esse estudo, como

também, entender se de fato somavam para a pesquisa. Após selecionar os trabalhos mais relevantes, o passo seguinte foi a leitura integral desses materiais, identificando resultados e principais considerações sobre o tema do artigo.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo formativo de um professor não se enquadra enquanto algo finito, pois ultrapassa para além do tempo de jornada empenhado durante a graduação. Contudo, esse período acadêmico é uma parte bem significativa de sua formação, pois, diariamente, aquele graduando recebe orientações para sua qualificação enquanto profissional. Com isso, a partir do momento em que aquele estudante fica com uma lacuna curricular em sua formação, isso também implica em sua atuação futura como profissional, consequentemente, prejudicando a si ou a alguém próximo em seu espaço de trabalho.

Segundo Negrão e Santos (2020) o processo de formação dos professores repercute em sua atuação no futuro, de modo que tal processo pode firmar (ou não) comportamentos e práticas durante o exercício da profissão. Seguindo essa lógica, algo que passa despercebido na formação daquele profissional, possivelmente, no futuro, também não terá sua atenção profissional. Nesse sentido:

> O processo de formação de professores legitima comportamentos e práticas pedagógicas que serão enraizadas durante o exercício da profissão docente. Sendo assim, ressaltamos a importância do compromisso dos cursos de licenciatura em oportunizar o acesso a conteúdos que perpassam o saber ministrar aulas [...] (Negrão & Santos, 2020, p. 177).

Os temas envolvendo gênero e sexualidade, embora alvos de questionamentos e/ou da curiosidade do público mais jovem (Takara, 2019) são pouco mencionados nos espaços educacionais, tampouco, em casa, fruto de uma cultura de repúdio e/ou medo a esses assuntos (Jesus, Souza & Silva, 2015; Irineu, 2019).

A representação negativa com relação aos temas envolvendo gênero e sexualidade parte de gerações muito anteriores, marcada pelo preconceito e pela discriminação contra pessoas homossexuais e contra outras identidades compreendidas pela comunidade LGBTQIAP+ (Rebouças, Marinho & Silva, 2022). A aversão a esses temas sempre foi algo marcante na nossa sociedade que, por sinal, ainda consome em peso o machismo, a misoginia, a homofobia, a transfobia, entre outras manifestações de ódio (Batista *et al.*, 2019; Monteiro & Ribeiro, 2019), na forma de ações simples do cotidiano, por meio da linguagem, gestos, costumes e formas de pensar sobre o outro (Louro, 2014; Irineu, 2019; Takara, 2019). Isso significa que a invisibilidade das discussões envolvendo gênero e

sexualidade na matriz curricular do curso de pedagogia não é uma mera coincidência, mas, sim, efeito de uma cultura que já ignora essas discussões desde longas datas.

Esse afastamento da sociedade com relação às questões de gênero e sexualidade parte, na verdade, de uma cultura centrada na cisheteronormatividade, que, por sua vez, visa controlar, regulamentar e idealizar as expressões da sexualidade, do gênero e do sexo. Sá e Szylit (2021) também apontam sobre essas relações de controle, quando afirmam que os contextos sociais são marcados pela cultura e, portanto, alicerçados por regras e condutas próprias. Para Mattos e Cidade (2016) a cisheteronormatividade compreende perspectivas com matriz na heterossexualidade, assim como na cisgeneridade, como afirmam Silva, Souza e Bezerra (2019), portanto, produzindo relações de controle sobre os corpos a partir de determinadas normas e padrões sociais que entendem a heterossexualidade e a cisgeneridade como modelo único de experienciar a sexualidade e o gênero (Rebouças & Young, 2022). Assim, tendo em vista as informações anteriores e observando a história mundial, por exemplo, vemos que historicamente "[...] estão datados diversos episódios horrendos e extremamente tristes de se lembrar, onde pessoas LGBTQIA+ foram torturadas e/ou mortas exclusivamente por não se enquadrarem aos padrões cisgêneros e/ou heterossexuais" (Rebouças & Young, 2022, p. 284).

O período nazista alemão foi um marco desse histórico de brutalidades contra a comunidade LGBTQIAP+, pois, aqueles notados como desviantes da cisheteronormatividade eram marcados por símbolos em seus corpos e, posteriormente, levados aos campos de concentração para protocolos de extermínio. Outras ações violentas ocorriam contra a comunidade LGBTQIAP+, citando como exemplo: os episódios de tortura na forma de lobotomia, terapias de choque, castrações entre outras alternativas monstruosas. (Stoodi, 2021).

Embora atualmente distantes desses episódios, a história mundial não revela mudanças significativas ao longo dos anos. Em 2010, por exemplo, a legislação internacional ainda manteve severidade contra a comunidade LGBTQIAP+, de modo que em mais de 73 países ainda havia penalidade legal para relações homossexuais, sendo que em 13 países a alternativa punitiva era a morte (Stoodi, 2021).

No Brasil, embora a legislação nacional não mencione relações homossexuais como algo legalmente criminoso, percebem-se posturas relutantes contra manifestações LGBTQIAP+ no país. Isso se comprova a partir de estudos empenhados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), uma organização não governamental brasileira desenvolvedora de pesquisas LGBTQIAP+ e atuante na defesa de direitos da comunidade LGBTQIAP+. Em um relatório oficial de 2020, elaborado e publicado pelo GGB, constatou-se que o Brasil mantém-se em primeiro lugar no ranking mundial de países mais perigosos para pessoas LGBTQIAP+ (Oliveira & Mott, 2020).

Recordando novamente o ano de 2010, o GGB conseguiu registrar um percentual de

260 mortes LGBTQIAP+ ao ano, subindo para 266 mortes no ano de 2011, e, subindo novamente em 2012, dessa vez, de forma mais drástica, contabilizando 338 mortes ao ano. Infelizmente, os números não conseguiram mais descer da casa dos trezentos, registrando 314 mortes em 2013, subindo para 329 mortes em 2014, e, em 2015, contabilizando 319 mortes (Oliveira & Mott, 2020).

Por esses dados, nota-se um crescimento considerável da mortalidade LGBTQIAP+ no Brasil ao longo dos anos, algo bem alarmante, sobretudo, quando considerando um intervalo temporal de apenas 6 anos, além disso, considerando como preocupante o fato de, consecutivamente, alcançar mais de 250 mortes anualmente. Com uma drástica continuidade nos indicadores de mortalidade LGBTQIAP+ no Brasil, os anos seguintes não mostraram progresso, contando, em 2016, com 343 mortes, e em 2017 registrando um aumento significativo para 445 mortes LGBTQIAP+ (Oliveira & Mott, 2020).

No recorte entre 2012 a 2016, o percentual de mortalidade LGBTQIAP+ se manteve contínuo, sempre acima de 300 registros de óbito, salientando, ainda, que esses números incluem não apenas os registros de assassinatos brutais de pessoas LGBTQIAP+, mas também os casos de suicídio na comunidade. Esses indicadores não são coincidentes, sobretudo, considerando que:

> A cada 26 horas um LGBT brasileiro morre de forma violenta vítima de homicídio ou suicídio, o que faz do nosso país o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais, informação corroborada e ainda mais agravada pelos estudos do próprio Ministério dos Direitos Humanos (Oliveira & Mott, 2020, p. 15).

Tais informações revelam o tamanho despreparo de nossa sociedade com relação aos temas envolvendo gênero e sexualidade, pois, do contrário, certamente tomariam diferentes investidas envolvendo esses temas, ao invés de iniciativas violentas e brutais para um percentual específico da sociedade (Rebouças, Marinho & Silva, 2022). O despreparo com a diversidade de expressões de gênero e da sexualidade se alinha a um desconhecimento não apenas quanto aos temas envolvendo gênero e sexualidade, mas também sobre as tantas possibilidades para se experienciar o gênero e a sexualidade.

Tomando como base as informações ora apresentadas, o estudo tende a ganhar mais sentido, sobretudo, à medida que compreendemos breves noções sobre como as sociedades mundiais vêm tratando os debates com gênero e sexualidade. Segundo Irineu (2019), a sexualidade pode ser compreendida enquanto um marcador social e, portanto, como produtora de diferenças. Todavia, essas diferenças nem sempre são compreendidas, tampouco respeitadas, ocasionando diferentes manifestações dessa incompreensão, como, por exemplo, a violência.

Os ataques, torturas, mortes, insultos e proclamações provocadas contra o público LGBTQIAP+ soam, então, como uma espécie de cartas de silenciamento a essa comunidade, seja por razões culturais, religiosas, morais, éticas, entre outras que, de algum modo, se posicionam contra as divergências da cisheteronormatividade (Silva & Dazzi, 2022). Ao que parece, em se tratando das orientações sexuais e/ou expressões de gênero que se encontram fora da cisheteronormatividade, o que se tem é que o diferente não pode se manifestar, que o diferente não deve ser praticado, e, tampouco, expressado em público, a hegemonia quer mesmo é que o diferente mantenha-se escondido. Caso contrário, deparando-se com condutas de violência corporal e/ou simbólica (Rebouças, Marinho & Silva, 2022).

Nesse sentido, também se faz relevante pontuar a violência para além daquela que mata, haja vista que a violência, independentemente de como manifestada, se faz prejudicial à comunidade LGBTQIAP+, bem como à qualidade de vida dessa comunidade (Rebouças, Marinho & Silva, 2022).

Na dimensão corporal, encontra-se os espancamentos, lesões, tapas, chutes, cortes, arremessos de objetos, entre tantas outras condutas de tortura física. Em casos mais violentos, estrangulamentos, perfurações, tentativas de queimadura, estupros corretivos e uso de armas de fogo. Já na dimensão simbólica, situam-se as ameaças, chantagens, situações de constrangimento, humilhação, perseguição psicológica, práticas de isolamento social, entre outras condutas danosas à integridade, à autoestima, ao emocional e ao psicológico das vítimas LGBTQIAP+ (IPEA, 2021; Fernandes *et al.*, 2022). Todas essas condutas violentas estão no cotidiano, direcionadas a comunidade LGBTQIAP+ de maneira interpessoal, a partir da aversão social às expressões de gênero e de sexualidade que não se enquadram entre a cisheteronormatividade (Mendonça, 2022). Logo:

> A violência contra esta população parece ser um fenômeno frequente e comum, que atravessa tempos e localidades. A própria busca do autoconhecimento da identidade sexual, da identidade de gênero e dos desafios da juventude e início da idade adulta são fatores que podem provocar sofrimento àqueles que não se encaixam no modelo hetero e cisnormativo. Somado a isso, a violência interpessoal parece ser mais comum contra pessoas na faixa etária da juventude, momento da vida em que muitos valores e afetos estão em construção e podem ser influenciados pela ação violenta (Fernandes *et al.*, 2022, p. 8).

Considerando o histórico rude de nossa sociedade com relação aos temas ligados à sexualidade e gênero, ocorre, realmente, uma continuidade dessa hostilidade com relação a esses temas, sobretudo, quando envolve o ato de expressar algo que está para além do que é aceito pela cisheteronormatividade, de modo que, a cada geração, tabus e preconceitos acabam sendo retransmitidos em nossa sociedade. A intolerância e a violência também são perpassadas.

Nesse sentido, as infâncias e juventudes LGBTQIAP+ se deparam com uma luta contínua contra essas hostilidades, uma vez que as condutas da cisheteronormatividade afetam diretamente no exercício dessas infâncias e juventudes, assim como, no exercício cidadão e, consequentemente, interferindo na construção de si e de suas reais identidades (Natarelli *et al*., 2015). Assim, a problemática da violência interpessoal contra a comunidade LGBTQIAP+ é frequente, ainda mais, notando que questões básicas ainda não foram vencidas, tais como a curta liberdade social para dialogar sobre pautas de gênero e sexualidade de forma aberta, ou, ainda, para expressar a sexualidade e o gênero sem o medo de sofrer algum tipo de violência.

Tais acontecimentos denunciam cada vez mais a problemática do distanciamento da sociedade com relação aos temas da sexualidade e de gênero, como também, evidenciando o desprezo social com relação às orientações sexuais e identidades de gênero incoerentes com a cisheteronormatividade (Rebouças, Marinho & Silva, 2022). Todavia, vale ressaltar que, naturalmente, cada pessoa nutre, em dado momento da vida, curiosidades sobre si, ainda mais se tratando dos temas de gênero e sexualidade, que, de costume, pouco são explanados. Essas curiosidades sobre a própria identidade, sobre os gostos, interesses e desejos podem, ainda, surgir mesmo de forma mais tardia, durante a terceira idade, haja vista que as expressões da sexualidade fazem parte de nós, tal qual a sexualidade, nos acompanhando desde o nascimento até o fim de nossas existências (Figueiró, 2007). Assim, faz-se fundamental compreender que:

> Ao longo da vida, passamos por distintos momentos: gestação (vida intrauterina), nascimento, infância, puberdade, adolescência, fase adulta, climatério e terceira idade. Esses diferentes momentos se sucedem e podem ser vistos (sob os pontos de vista tanto biológico como social) como mudanças graduais e contínuas, diferencialmente vividas por cada pessoa. A sexualidade é uma dimensão humana; ela, portanto, estará presente em todas essas fases, apresentando mecanismos próprios de manifestação, de significação social e de vivência pessoal. Assim como o desenvolvimento humano, a sexualidade deve ser vista como um processo contínuo, porém reconhecidamente diferenciado (Furlani, 2016, p. 87).

A partir dos estudos de Furlani (2016), é possível enxergar, de forma mais nítida, a ligação inquebrável entre a sexualidade e a humanidade, haja vista que, como ela mesmo afirma, a sexualidade é uma dimensão humana significativa em nossas vidas, digna de nossa atenção e diálogo. Apesar disso, ainda são complexos os debates envolvendo gênero e a sexualidade, e mais complexos ainda quando identificada a pouca mobilização para trabalhar esses debates nos espaços de nossa sociedade, como escolas, universidades, locais de trabalho, em casa, entre outros.

Essa limitação encontrada no debate com a sexualidade e com o gênero também se enquadra enquanto uma violência, porém, na forma de silenciamento social, com o objetivo de apagar da sociedade algo indesejado pela maioria (Dinis, 2011). Segundo Takara (2019), a cisheteronormatividade naturaliza práticas sociais e culturais em nossa sociedade, incluindo práticas na linguagem, determinando o que se deve ou não falar, e consequentemente, acentuando regras sociais em cima dessa linguagem. No caso do silenciamento social, ele está a serviço também dessas práticas linguísticas, limitando o debate sobre determinadas questões, como é o caso das discussões sobre sexualidade e gênero. Nesse sentido:

> Questionar os limites e os preconceitos no uso da linguagem constitui também um exercício de resistência a processos de discriminação e exclusão e devem ser encorajados no espaço da educação. Um conceito é sempre uma tentativa de simplificar por meio de uma palavra, criada em um determinado contexto histórico-cultural, uma complexidade de experiências, no caso da sexualidade, uma complexidade de experiências com nossos corpos, com nossos prazeres e com outras pessoas (Dinis, 2011, p. 41).

Trazendo para a formação de pedagogos, se faz necessário reconhecer a estrutura moral que cerca não apenas o espaço acadêmico, mas toda a sociedade. A estrutura atual de nossa sociedade ainda tem como base o repúdio aos grupos marginalizados, prorrogando, assim, práticas de aniquilação sobre esse perfil da sociedade. Desse modo, por meio da linguagem e da maneira como a utilizamos, essas práticas de repúdio também ganham possibilidades, tornando fundamental questionar o uso ou desuso dessa comunicação em nosso cotidiano. Isso em vista, compreende-se também que a estrutura atual de nossa sociedade não se sensibiliza ao debate com sexualidade e gênero, pois essa dita sociedade tem suas diretrizes pautadas na cisheteronormatividade, com suas regras e padrões normativos já estabelecidos, desconsiderando quaisquer outras possibilidades desviantes a essas diretrizes, bem como quaisquer tentativas de diálogos envolvendo essas temáticas (Mendonça, 2022).

Nesse sentido, são identificadas poucas mobilizações no que se refere à formação de nível superior pensada nas perspectivas de gênero e sexualidade. Como dizem Soares e Monteiro (2019), o debate envolvendo gênero e sexualidade, embora um pouco mais observado na atualidade, ainda se encontra em insuficiência, fruto de um quadro constante de avanços e retrocessos na luta pela dignidade e igualdade dos direitos. Conquistas como a aprovação da mudança de nome no registro civil pela comunidade trans são memoráveis, assim como as novas iniciativas sociais em problematizar a desigualdade de gênero no cenário político e entre outras realizações. No entanto, faz-se fundamental pensar que tais

conquistas sequer deveriam ser uma questão, pois deveriam ser algo totalmente natural e presente na sociedade. Entendendo assim, as mulheres não deveriam ter de lutar para estarem em determinados cargos políticos/sociais, isso deveria ser um lugar naturalmente acessível e possível para elas. No mesmo tom, a luta em poder utilizar o nome no qual se sente confortável sequer deveria ser uma pauta social, isso deveria ser realmente um direito a todas as pessoas. No entanto, cenários de tirania ainda são muito presentes, inibindo a seguridade desses direitos. Na educação a luta também é presente, sobretudo, no que se refere aos tópicos envolvendo gênero e sexualidade (Napolitano & Silva, 2018; Soares & Monteiro, 2019).

Como bem apontam Napolitano e Silva (2018), Monteiro e Ribeiro (2019) e Negrão e Santos (2020), a formação de pedagogos, quando pensada em perspectivas de gênero e sexualidade, potencializa não apenas no exercício futuro da profissão em sala de aula para lidar com tais questões, mas também na compreensão mais apurada dessa dimensão da humanidade. O próprio Conselho Nacional de Educação (CNE) considera que a formação docente, seja ela inicial ou continuada, é um processo de grande complexidade, justamente entendendo o amplo papel dos professores em seu campo de atuação. Dito isso, o CNE confirma, a partir da resolução de n° 2, de 1° de julho de 2015, que os profissionais do magistério da educação básica devem possuir formação mínima para o exercício da profissão, sendo esta uma exigência também pela legislação federal das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Conselho Nacional De Educação, 2015). Logo, os conhecimentos envolvendo gênero e sexualidade também se inserem nas necessidades cotidianas, assim como, nas possíveis demandas a serem encontradas no território escolar. Como dizem Monteiro e Ribeiro (2019), é de grande pertinência pensar na maneira como o pedagogo se relaciona às questões de gênero e sexualidade, pois, no momento em que aquele profissional da educação olhar para tais questões com estranheza ou desconhecimento, este seguirá pelo fracasso ao tentar discursar sobre essas temáticas, ainda mais, tendo em vista a desinformação social já construída em cima do assunto.

A par das informações, ora colocadas, é possível notar a relevância dos estudos em gênero e sexualidade na educação, bem como, o impacto ocasionado pela ausência ou presença desses conhecimentos na formação docente. Porém, apesar de todas as argumentativas anteriores, os estudos envolvendo sexualidade e gênero ainda são pouco convidados à matriz curricular de formação dos pedagogos, fazendo-se necessário, então, repensar a maneira como o curso de pedagogia vem sendo construído em nossa sociedade ao longo das gerações. Desse modo:

> Pensar em gênero e sexualidade no curso de Pedagogia é abrir caminhos para uma geração menos conservadora e prepará-la para a tão sonhada "diversidade", uma vez que o curso entrega professores e professoras da educação básica para o mercado de trabalho. (Negrão & Santos, 2020, p. 178)

Considerando isso, Negrão e Santos (2020) enfatizam a importância em questionar a ausência dessas temáticas na formação de professores pedagogos, assim como Napolitano e Silva (2018), quando apontam que os silenciamentos promovidos em escolas "também contribuem para a homofobia, transfobia, sexismo e, consequentemente para a expulsão/exclusão de qualquer sujeito que se distancie das normas de gênero e de sexualidade" (Napolitano & Silva, 2018, p. 30), tornando necessário levantar interrogações acerca dessa ausência discursiva na formação desses profissionais.

Dito isso, tem-se que o conservadorismo ainda é um desafio e tanto nas instituições de ensino, acentuando, assim, a necessidade em desconstruir os discursos previamente instaurados nessas instituições, sobretudo, no que diz respeito à temática de gênero e sexualidade. Segundo Silva, Souza e Bezerra (2019) a análise acerca das práticas linguísticas que atravessam o cotidiano é algo indispensável, pois expõem atitudes, pensamentos e comportamentos ainda não problematizados, o que pode contribuir na problematização das verdades empregadas socialmente. Afinal, ainda é travada uma forte batalha moral nas instituições educacionais, ocasionando em casos de manipulação da moral, com pessoas e grupos conservadores que propagam a discriminação de determinados sujeitos sob a falsa ideia de liberdade de expressão.

Tais situações são perigosas na construção de um espaço fielmente democrático e plural e na construção de uma educação para a sexualidade pensada na emancipação dos sujeitos. Tudo isso nos leva, novamente, a importância de pensar em um currículo flexibilizado e acolhedor aos estudos de gênero e sexualidade, habilitado em uma formação consciente da diversidade sexual e de gênero e, também, pautado na construção de uma formação pedagógica preparada para lidar com tais assuntos durante o exercício da profissão (Negrão & Santos, 2020; Rebouças, Marinho & Silva, 2022). Compreende-se que:

> A formação de professores no Brasil perpassa inúmeros desafios, uma vez que implica organizar saberes teóricos e práticos que fundamentem e legitimem a atuação profissional com crianças e adolescentes em processo de construção de identidade. No que se refere ao público que compõe o curso de Pedagogia, compreendemos a árdua responsabilidade de elaborar um currículo flexível que seja compatível aos preceitos legais, mas também que possua caráter realístico, próximo das questões contemporâneas. (Negrão & Santos, 2020, p. 178)

Tais colocações nos lembram um pouco quanto a atuação na pedagogia, firmada no direcionamento responsável da sala de aula e no incentivo do protagonismo dos alunos na construção dos conhecimentos. Trazendo para a formação em pedagogia, os conhecimentos em gênero e sexualidade também são emergenciais para o fazer dessa atuação na pedagogia, pois, ao entrarem nas instituições educativas, os alunos não retiram o gênero ou

a sexualidade de si, eles o acompanham e, portanto, trarão seus questionamentos pessoais para esse espaço escolar.

Segundo Negrão e Santos (2020) é de fundamental importância que os acadêmicos em pedagogia tenham uma formação sólida em cima das questões de gênero e sexualidade, pois, dessa forma, terão embasamento teórico e metodológico para conduzir o debate em cima desses assuntos quando ele surgir. Em síntese, "A formação em gênero e sexualidade, ainda que mínima, é essencial para dar um start na concepção de professores e professoras" (Negrão & Santos, 2020, p. 195) sobre essas questões, lhes dando as devidas condições para trabalhar com isso em sala de aula com liberdade e responsabilidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a conjuntura atual, discutir sobre gênero e sexualidade é uma necessidade a fim de uma sociedade inclusiva e justa. Construir conhecimentos a respeito desses assuntos é uma demanda social de todos os cidadãos interessados no progresso e na segurança dos direitos de todos. Nesse sentido, em se tratando da formação acadêmica e profissional de pedagogos, a necessidade é redobrada devido ao papel do pedagogo na sociedade. Um profissional que atua na construção e/ou manutenção da sociedade, afetando diretamente o desenvolvimento dos cidadãos, pode reforçar ou alterar significativamente o contexto social vigente.

Não obstante, reconhecemos as dificuldades em construir uma matriz curricular ideal, uma vez que são muitas demandas e interesses disputando um espaço limitado. Ainda assim, enquanto profissionais fundamentais na sociedade, faz-se necessário refletir sobre as prioridades curriculares e pontuar a necessidade de atenção para com essa lacuna na formação dos pedagogos. Ademais, o estudo não se encerra por aqui, com a expectativa para que o trabalho sirva de inspiração para novas pesquisas no campo de estudos entre gênero, sexualidade e educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Agda Cristhina de Medeiros; GABRIEL, Maria Gabriella Conceição; OLIVEIRA, Sabrina Xavier de; SOUSA, Angelita Lúcia de Albuquerque; TEMÓTEO, Lúcia Maria. Gênero e sexualidade na universidade – uma discussão possível?. **Revista Interdisciplinar em Saúde**, Cajazeiras, v. 6, n. 5, p. 3-18, out./dez. 2019. Disponível em: https://www.interdisciplinaremsaude.com.br/Volume_27/Trabalho_01.pdf. Acesso em: 6 fev. 2023.

BRUNS, Maria Alves de Toledo. A sexualidade da criança. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, *[S.l.]*, v. 18, n. 2, p. 323-331, 2007. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/381/350. Acesso em: 30 maio 2023.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução n° 2, de 1° de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de

licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 1-16, jun. 2015. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22015.pdf?query=LICENCIATURAhttp://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=77781%E2%80%9D. Acesso em: 25 jun. 2023.

COSTA, Clara Corrêa da; GONÇALVES, Helenice Maia. Formação pedagógica no curso de pedagogia: indefinições e desafios. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. 2, p. 631-649, maio/ago. 2020. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13772/9120. Acesso em: 31 jan. 2023.

CRESWELL, John Ward. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DINIS, Nilson Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**, n. 39, p. 39-50, jan./abr. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/vPn3QsCqr7HXykj5TbzL6tr/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 maio 2023.

FERNANDES, Hugo; BERTINI, Pedro Vinícius Rodrigues; HINO, Paula; TAMINATO, Mônica; SILVA, Luíza Csordas Peixinho da; ADRIANI, Paula Arquioli; RANZANI, Camila de Morais. Violência interpessoal contra homossexuais, bissexuais e transgêneros. **Acta Paul Enferm**, p. 1-11, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/fr6B56LLRkFSNKxX3HNL6hH/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 maio 2023.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 1-21, 2007. Disponível em: https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1323/1132. Acesso em: 30 maio 2023.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IPEA. **Atlas da Violência 2021**. — São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.

IRINEU, Bruna Andrade. **Nas tramas da política pública LGBT:** um estudo crítico acerca da experiência brasileira (2003-2015). Cuiabá: EdUFMT, 2019.

JESUS, Cassiano Celestino de; SOUZA, Elaine de Jesus; SILVA, Joilson Pereira da. Diversidade Sexual na Escola: reflexões sobre as concepções de professores/as. **BAGOAS**, v. 9, n. 13, p. 279-298, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/9659/6899. Acesso em: 06 jan. 2023.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 31 jan. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MATTOS, Amana Rocha; CIDADE, Maria Luiza Rovaris. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 5, p. 132-153, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17181/11338. Acesso em: 23 jun. 2023.

MENDONÇA, Camila Rodrigues Silva. Corpos coloridos... Corpos falantes. **Revista COR LGBTQIA+**, Curitiba, v. 1, n. 3, p. 30-33, 2022. Disponível em: https://revistas.ceeinter.com.br/CORLGBTI/article/view/536/510. Acesso em: 30 maio 2023.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Atuação do pedagogo e as questões de gênero e identidade na educação infantil. **Temas em Educação e Saúde**, v. 15, n. 1, p. 93-112, 2019. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/12771/8359. Acesso em: 25 jun. 2023.

NAPOLITANO, Minisa; SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. Atravessamentos entre a formação de pedagogas e o campo de estudos de gênero e de sexualidade. *In*: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. **Interlocuções sobre gêneros e sexualidades na educação**. Rio Grande: Editora da FURG, p. 25-36, 2018.

NATARELLI, Taison Regis Penariol; BRAGA, Iara Falleiros; OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de; SILVA, Marta Angélica Iossi. O impacto da homofobia na saúde do adolescente. **Escola Anna Nery**, v. 19, n. 4, p. 664-670, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ean/a/r6XgDz4MBBZtTGjYDrK64bP/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 maio 2023.

NEGRÃO, Felipe da Costa; SANTOS, Marcio Gonçalves dos. Temas de gênero e sexualidade no ensino superior: a visão de acadêmicas de pedagogia de Manaus. **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, v. 7, n. 14, p. 176-198, jan./jun. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/9241/7260. Acesso em: 31 jan. 2023.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz (Orgs). **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019**: Relatório do grupo Gay da Bahia. Salvador, 2020. Disponível em: https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio-2019.pdf. Acesso em: 26 maio 2023.

REBOUÇAS, Willame Anderson Simões; MARINHO, Iasmin da Costa; SILVA, Yatamuri Rafaelly Cosme da. Comunidade LGBTQIA+ e as condições de acesso e permanência no ensino superior. **D'GENERUS**, v. 1, n. 1, p. 582-602, 2022. Disponível em: https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/dgenerus/article/view/2072/1619. Acesso em: 30 maio 2023.

REBOUÇAS, Willame Anderson Simões; YOUNG, Regina Santos. Um estudo de reconhecimento à comunidade LGBTQIA+ e às novas formas de lutar e se relacionar na era digital. *In*: GEVEHR, Daniel Luciano. **Raça, etnia e gênero**: questões do tempo presente. Guarujá: Científica Digital, p. 279-290, 2022.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SÁ, Natália Nigro de; SZYLIT, Regina. Cisheteronormatividade e luto na experiência familiar da pessoa não-cisgênero. **Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia**, v. 7, n. 1, p. 45-72, 2021. Disponível em: https://revistapathos.com.br/volumes/volume_07-n.01/cisheteronormatividade.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

SILVA, Manoel Flavio Cheles da; DAZZI, Camila Carneiro. Homofobia e homoerotismo: o discurso religioso sobre LGBTs. **Revista COR LGBTQIA+**, Curitiba, v. 1, n. 3, p. 86-108, 2022. Disponível em: https://revistas.ceeinter.com.br/CORLGBTI/article/view/546/521. Acesso em: 30 maio 2023.

SILVA, Felipe Cazeiro da; SOUZA, Emilly Mel Fernandes de; BEZERRA, Marlos Alves. (Trans)tornando a norma cisgênera e seus derivados. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, p. 1-12, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2019v27n254397/40717. Acesso em: 23 jun. 2023.

SOARES, Zilene Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em Revista**, v. 35, n. 73, p. 287-305, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/KMSmJfk43rKWcRNHWHfWsfC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 25 jun. 2023.

STOODI. **Movimento LGBT:** o que é, história e muito mais!. 2021. Disponível em: https://www.stoodi.com.br/blog/atualidades/movimento-lgbt-o-que-e/. Acesso em: 26 maio 2023.

TAKARA, Samilo. Você já se sentiu odiado hoje? Pedagogias culturais do ódio acerca das desobediências da normalidade. **BAGOAS**, v. 13, n. 20, p. 225-263, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/19465/12860. Acesso em: 06 jan. 2023.

Recebido em: 30/05/2023
Aceito em: 10/07/2023